



Márcia Rollemberg (Minc), Herman Benjamin (STJ), senadores Rodrigo Rollemberg e Fernando Collor e deputado Mendes Thame na sessão do Congresso em homenagem ao Dia do Meio Ambiente

Comissão analisará mais de 620 emendas à MP da lei florestal

Será instalada hoje a comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória 571/12, editada pelo governo para recompor parte do novo Código Florestal aprovado pelo Senado e alterado pela Câmara. Vários eventos também marcam homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente

A MP 571/12 introduz mais de 30 alterações à versão do Código Florestal aprovada pelos deputados. Até a noite de ontem, ela recebeu mais de 620 emendas de

parlamentares. Encarregada de analisar a MP, comissão mista será instalada hoje, às 14h. Seu parecer servirá de base para a votação na Câmara e, depois, no Senado. Também hoje, deba-

te para o qual foi convidada a ministra Izabella Teixeira e abertura de exposições continuam as homenagens ao Dia Mundial do Meio Ambiente, que teve sessão do Congresso ontem. **7**



Revista *Em discussão!* sobre a Rio+20 será lançada hoje

O lançamento do 11º número da revista *Em discussão!* será às 17h30, na Comissão de Meio Ambiente. O tema são os debates ocorridos no Senado sobre a Rio+20. **7**



A vice-governadora do Amapá, Doralice Nascimento, e os senadores Sarney e Randolfe na homenagem póstuma a Janary

1º governador do Amapá é homenageado

Janary Gentil Nunes completaria 100 anos neste mês. Ele foi o primeiro governador do Amapá, de 1944 a 1956, quando

o estado era território federal. Na sessão de homenagem, parlamentares falaram da importância de Janary para o Amapá. **6**

Collor diz que o sucesso da cúpula mundial depende da sociedade civil

Para o senador, que propôs a conferência ecológica Rio+20, a ser iniciada dia 13, uma consciência planetária com mudanças de atitudes individuais é o caminho para o futuro do planeta, já que os modelos econômicos existentes se mostraram insustentáveis. **8**



Programa de avaliação da audição em recém-nascidos é indicado para diagnóstico precoce de perda auditiva

Perda auditiva deve ser tratada desde cedo

O teste da orelhinha, exame gratuito e obrigatório em todo o país, identifica problemas auditivos ainda na primeira semana de vida, permitindo que o

bebê, se tratado, adquira linguagem próxima à de uma criança ouvinte. Até três em cada mil crianças são surdas ou têm problemas de audição. **4 e 5**

CPI ouve quatro testemunhas ligadas a Marconi Perillo

Empresários que teriam intermediado a venda de uma casa do governador de Goiás para o contraventor Carlinhos Cachoeira depõem hoje à CPI mista. Também será ouvida Eliane Gonçalves Pinheiro, ex-chefe de gabinete de Marconi. **3**

Comissões aprovaram 172 projetos de lei em maio **6**

Senadores pedem decisão sobre o fim do voto secreto **2**

Taques defende a PEC que acaba com o voto secreto

Senador disse que seus colegas não podem se esconder atrás do sigilo no processo de cassação do mandato de Demóstenes Torres e pediu que a PEC que estabelece o voto aberto seja logo apreciada

EM DISCURSO, PEDRO Taques (PDT-MT) pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que coloque em votação, sem demora, a proposta de emenda à Constituição que torna o voto no Senado aberto.

— Este é o Senado da República, não é o Senado do segredo, do sigilo, da reserva. Um dos princípios que decorrem da República é a publicidade dos nossos atos — argumentou o senador.

Taques denunciou um movimento que estaria em curso no Senado para esvaziar a sessão — de votação secreta — do processo de cassação do mandato de Demóstenes Torres (sem partido-GO). São necessários 41 votos para que ele perca o mandato.

Na opinião de Taques, não se pode aceitar a justificativa da pressão para que os senadores ajam de tal maneira. Por isso, lembrou, um grupo de parlamentares iniciou um movimento para pressionar pela votação aberta, em nome da transparência.

Ele disse que o Senado precisa se impor, “de maneira republicana, neste momento de afirmação de princípios”.

Supremo

O senador mencionou o *impeachment* do ex-presidente da República e atual senador Fernando Collor (PTB-AL), em 1992, quando a Câmara dos Deputados autorizou e o Senado o condenou por crime de responsabilidade — sempre



Taques: senadores que não aguentam pressão não merecem estar no Senado

com o voto aberto.

Taques acrescentou que os julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) também são públicos.

— Cada parlamentar terá que assumir sua responsabilidade. Primeiro, perante os eleitores que os mandaram. Depois, para com a nação e sua própria consciência. Não há que se falar que senador está sendo pressionado. Quem não aguentar pressão, não venha ao Senado. Fique em casa assistindo TV. É bom que aqui não esteja.

Pedro Taques foi apoiado por Alvaro Dias (PSDB-PR), que sugeriu inclusive comunicar ao presidente do Senado a recusa em se votar qualquer matéria até a deliberação das propostas de emenda à Constituição sobre o voto secreto (PECs 50/06, 38/04 e 86/07).

Pedro Simon (PMDB-RS)



Simon: não há razão para senadores se esconderem atrás do voto secreto

também apoiou o discurso e afirmou não haver razão para os senadores se esconderem atrás do voto secreto.

Pagot

Taques também citou a entrevista concedida à revista *IstoÉ* pelo ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot em que denuncia caixa dois em favor do PT e do PSDB.

O senador informou ter entrado com uma representação na Procuradoria da República do Distrito Federal para que ouça Pagot sobre possíveis crimes eleitorais e corrupção.

— Não é crível ou razoável que um cidadão venha dizer há mais de um mês que possui fatos graves a revelar em favor da nação e ninguém queira ouvir esse cidadão.

Ferraço recorre ao STF para que seu voto seja público

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apresentou um mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir que, em caso de votação secreta, seu voto individual possa ser dado de maneira pública.

Na semana passada, na CPI do Cachoeira, o parlamentar pediu autorização para votar abertamente na escolha do vice-presidente — o que não foi permitido porque, regimentalmente, essa votação precisa ser secreta.

Na ação levada ao STF, ele propõe uma reinterpretação da Constituição, que prevê decisão “por voto secreto e maioria absoluta” para a perda de mandato parlamentar. No pedido, o senador argumenta que uma interpretação literal da Constituição diminui a transparência — um dos fundamentos da democracia



Ferraço: “Numa democracia, voto secreto não pode ser obrigação”

representativa — ao colocar o voto secreto como uma obrigação. No seu entendimento, o parlamentar poderia, por livre escolha, revelar seu voto.

De acordo com o mandado de segurança, o dispositivo do voto secreto teria por objetivo

garantir ao parlamentar o direito de exercer seu mandato de modo autônomo, livre de pressões. Esse direito envolveria igualmente a possibilidade de o parlamentar votar publicamente.

Na ação, o senador lembra que a PEC 38/04, que instituiu o voto aberto na decisão sobre a perda de mandato parlamentar, aguarda inclusão na ordem do dia há dois anos, “embora exista vontade expressa de parte significativa dos senadores de manifestar publicamente seus votos”.

Ferraço requer também que seja determinada à Mesa do Senado a criação de um procedimento formal e eletrônico mediante o qual o senador possa ter seu voto individualizado e divulgado. Seu mandado de segurança foi distribuído ao ministro Celso de Mello.

Pimentel quer aprovação de texto que atualiza lei da lavagem de dinheiro

José Pimentel (PT-CE) defendeu a aprovação do projeto que atualiza a Lei da Lavagem de Dinheiro, que deve ser votado hoje pelo Plenário do Senado.



Pimentel informou que o projeto autoriza o Judiciário a fazer o confisco prévio dos bens dos envolvidos no crime e levá-los a leilão com agilidade, sem

deixar que carros, barcos, aviões e imóveis percam valor com a passagem do tempo. O projeto de lei em questão (PLS 209/03) foi apresentado por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a corrupção é “a pior doença do sistema de saúde pública”. Ele pediu união entre Executivo, Legislativo e Judiciário para combater o problema.

deixar que carros, barcos, aviões e imóveis percam valor com a passagem do tempo.

O projeto de lei em questão (PLS 209/03) foi apresentado por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a corrupção é “a pior doença do sistema de saúde pública”. Ele pediu união entre Executivo, Legislativo e Judiciário para combater o problema.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Doação de aviões para a Bolívia

14h Estão na pauta o projeto que autoriza o governo a doar quatro aeronaves à Bolívia e a proposta que torna mais eficiente a persecução dos crimes de lavagem de dinheiro.

PRESIDÊNCIA: Ordem do dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

CAE: Isenção de IPI para instrumentos e debate com o TCU

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa, entre outros, projeto que isenta do Imposto de Importação instrumentos musicais estrangeiros. As 11h, realiza audiência pública com José Jorge, ministro do Tribunal de Contas da União, sobre auditoria da governança das agências reguladoras federais de infraestrutura.

CONSELHO DE ÉTICA: Requerimentos

10h Os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se reúnem para apreciação de requerimentos.

CPI DO CACHOEIRA: Quatro depoimentos

10h15 Comissão ouve quatro pessoas suspeitas de ligação com o esquema: os empresários Walter Paulo Santiago, Sejana Martins, Écio Antônio Ribeiro e Eliane Gonçalves Pinheiro, ex-chefe de gabinete do governador de Goiás, Marconi Perillo.

CE: Enem obrigatório

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que torna obrigatória a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pelos concluintes do ensino médio. Outro obriga as escolas a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno.

CCJ: Sabatina de indicada para o STJ

14h30 Os senadores sabatinam Assusete Dumont Reis Magalhães, indicada para o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

CAE/CMA/CMO: Audiência com presidente do Banco Central

15h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, além dos resultados demonstrados nos balanços de 2011.

CMMC: Semiárido nordestino e segurança alimentar

15h Audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas sobre segurança alimentar e nutricional e as ações de prevenção e adaptação no semiárido nordestino. Entre os participantes, Edécio Vigna, do Instituto de Estudos Socioeconômicos.

CMA/CRE: Desenvolvimento sustentável e a Rio+20

17h30 Achim Steiner, da Organização das Nações Unidas, participa de audiência pública sobre desenvolvimento sustentável com inclusão social e governança global, com foco na Rio+20. Na mesma ocasião, será lançada a revista *Em discussão!*, que trata da conferência.

EXPOSIÇÃO: Dia Mundial do Meio Ambiente

17h Abertura da exposição *Rios Voadores* e da mostra fotográfica *Azul do Verde-Amarelo*, em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, no Espaço Senado Galeria.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Vital do Rêgo entra de licença e Paulo Teixeira preside CPI

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) vai comandar a reunião desta terça-feira da CPI mista que investiga Carlinhos Cachoeira. Ele é o vice-presidente da comissão e assume a função porque o presidente, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), passará a semana de licença médica depois de fazer um cateterismo no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, na última sexta-feira.

De acordo com a assessoria, o exame “descartou qualquer problema em suas artérias”, mas Vital foi submetido a outros dois exames: uma ultrassonografia de avaliação das carótidas (artérias que irrigam o cérebro) e outra ultrassonografia para controle da região da artéria femoral, onde foi feita a pulsão para o cateterismo.

Vital vai passar a semana descansando em Campina Grande (PB) e só deve retomar suas atividades no Senado depois do feriado de *Corpus Christi*.

Conselho examina pedido de perícia nos áudios de operação

Também na terça-feira, às 10h, o Conselho de Ética, que analisa possível quebra de decoro parlamentar de Demóstenes Torres (sem partido-GO), tem reunião marcada para apreciar requerimentos. Entre eles, está o pedido de perícia nos áudios da Operação Monte Carlo feito pelo advogado do senador, Antônio Carlos de Almeida Castro.

Serão ouvidos empresários que teriam intermediado a venda de uma casa de Marconi para Cachoeira e uma ex-assessora do governador

Testemunhas ligadas ao governador Marconi Perillo falam hoje à CPI

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito (CPI) mista que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com políticos e empresários reúne-se hoje, às 10h15, para o depoimento de quatro pessoas ligadas ao governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB).

O primeiro a ser ouvido será Walter Paulo Santiago, empresário e um dos proprietários da Faculdade Padrão, para quem o governador teria vendido um imóvel no condomínio Alphaville Ipês, em Goiânia. Nesta casa, Cachoeira foi preso durante a Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, e há suspeitas de que ele seria o verdadeiro comprador, com Walter operando como intermediário.

Os parlamentares também ouvirão Sejana Martins, uma das proprietárias da empresa Mestra Administração e Participações. É a essa empresa

Depoimentos agendados

Reunião começa às 10h15, mas não se sabe se os depoentes vão romper o silêncio

- Walter Paulo Santiago**, empresário para quem Marconi Perillo teria vendido uma casa de luxo em Goiânia
- Sejana Martins e Écio Antônio Ribeiro**, sócios da Mestra Administração, que teria sido usada como “laranja” na negociação do imóvel
- Eliane Gonçalves Pinheiro**, ex-chefe de gabinete do governador de Goiás

que a casa no condomínio Alphaville pertence de fato, no registro de imóveis. Além disso, a empresa nunca teve Walter Paulo Santiago em seu quadro societário. Parlamentares desconfiam que a empresa foi usada como “laranja” na negociação. Eles também estranharam o fato de, dois dias após a compra da casa, Sejana deixar a sociedade. Além disso, ela é diretora da Faculdade Padrão.

Écio Antônio Ribeiro, o único sócio remanescente da Mestra Administração e

Participações, também será ouvido pela CPI. O outro sócio, Fernando Gomes Cardoso, a ser ouvido futuramente, deixou a sociedade meses depois.

Eliane Gonçalves Pinheiro, ex-chefe de gabinete do governador, também foi convocada. Ela mantinha contato com Cachoeira e chegou a receber informações sobre investigações da Polícia Federal que beneficiavam políticos ligados ao investigado. Gravações telefônicas revelam que Eliane avisou ao prefeito de Águas Lindas de Goiás (GO), Geraldo

Messias, aliado de Marconi, que a polícia faria uma busca na residência dele. Graças ao alerta, o prefeito não foi encontrado.

Na última quarta-feira, a CPI aprovou requerimento para convocar o próprio governador Marconi Perillo, além do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. Os depoimentos foram agendados pelo presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), para os dias 12 e 13, respectivamente.

Na quinta, os advogados de Agnelo apresentaram requerimento à CPI para ter acesso amplo, total e irrestrito a toda a documentação referente às operações Vegas e Monte Carlo, que subsidiam o trabalho da comissão.

O requerimento também pede permissão para que os advogados possam assistir a todas as sessões da CPI, inclusive as secretas.



Sala de comissões do Senado durante reunião da CPI do Cachoeira: testemunhas de hoje podem subsidiar colegiado para o depoimento de Marconi no dia 12

Taques quer convocação de radialista goiano

Pedro Taques (PDT-MT) formalizou à CPI, na sexta-feira, requerimento para a convocação do radialista goiano Luiz Carlos Bordoni. A intenção é ouvir explicações do radialista, que afirmou à imprensa ter recebido dinheiro da Alberto & Pantoja Construções para prestar serviço à campanha de Marconi Perillo ao governo de Goiás em 2010.

Segundo a Polícia Federal, a Alberto & Pantoja é uma empresa de fachada de Carlinhos Cachoeira para lavar dinheiro da empreiteira Delta. De acordo com Taques, parte do pagamento, no valor de R\$ 45 mil, foi feito em um depósito na conta da filha do radialista, Bruna Bordoni, que já trabalhou no gabinete do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

Em seu requerimento, o senador menciona a alegação de Bordoni: teria passado a conta da filha porque estava em viagem e ela administrava seu patrimônio. “A transferência consta no laudo da Polícia Federal do inquérito da Operação Monte Carlo e foi feita em 14 de abril de 2011”, acrescenta o senador.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo* do último domingo, o radialista afirmou que está disposto a depor na CPI. Bordoni disse que vai solicitar a quebra do sigilo telefônico dele, da filha e de Lúcio Gouthier Fiúza, assessor particular de Marconi, responsável pelo depósito.

Demóstenes

Além de Luiz Carlos Bordoni, Pedro Taques também

quer ouvir Hrilner Ananias, ex-segurança do senador Demóstenes Torres. Em requerimento apresentado na quinta-feira, Taques alega que o nome foi citado em diversas ligações entre Cachoeira e integrantes da organização criminosa comandada pelo contraventor.

Segundo Taques, Hrilner pode prestar esclarecimento relevante à comissão, “especialmente sobre fatos dos quais tomou conhecimento durante os quase sete anos de assessoramento ao senador”.

Os requerimentos apresentados à CPI podem ser acessados, na íntegra, pela internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1589>.

Sarney não acredita que Supremo reverta quebra de sigilos da Delta

O presidente do Senado, José Sarney, avaliou ontem em entrevista que a Delta Construções não conseguirá reverter no Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão da CPI de quebrar os sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa em âmbito nacional.

— Não acredito que ela [a Delta] tenha êxito — disse.

Na sexta-feira, a Delta impetrou um mandado de segurança no STF contra a decisão da CPI. Os advogados sustentam que a comissão contrariou seu requerimento de instalação e seu plano de trabalho — e por isso teria incorrido em ilegalidade — ao estender a investigação à Delta nacional. Inicialmente,

apenas a Delta Centro-Oeste seria investigada.

Código Florestal

Na entrevista, Sarney também defendeu o restabelecimento da versão do novo Código Florestal aprovada pelo Senado. A MP 571/12, editada pelo governo para restaurar pontos suprimidos na versão final aprovada pela Câmara, será votada primeiro pelos deputados e depois pelos senadores.

— O texto do Senado é um texto de equilíbrio e eu acho que o bom senso vai justamente fazer com que se encontre esse ponto de equilíbrio que o Senado já tinha encontrado — disse Sarney.

Teste da orelhinha identifica cedo os problemas auditivos

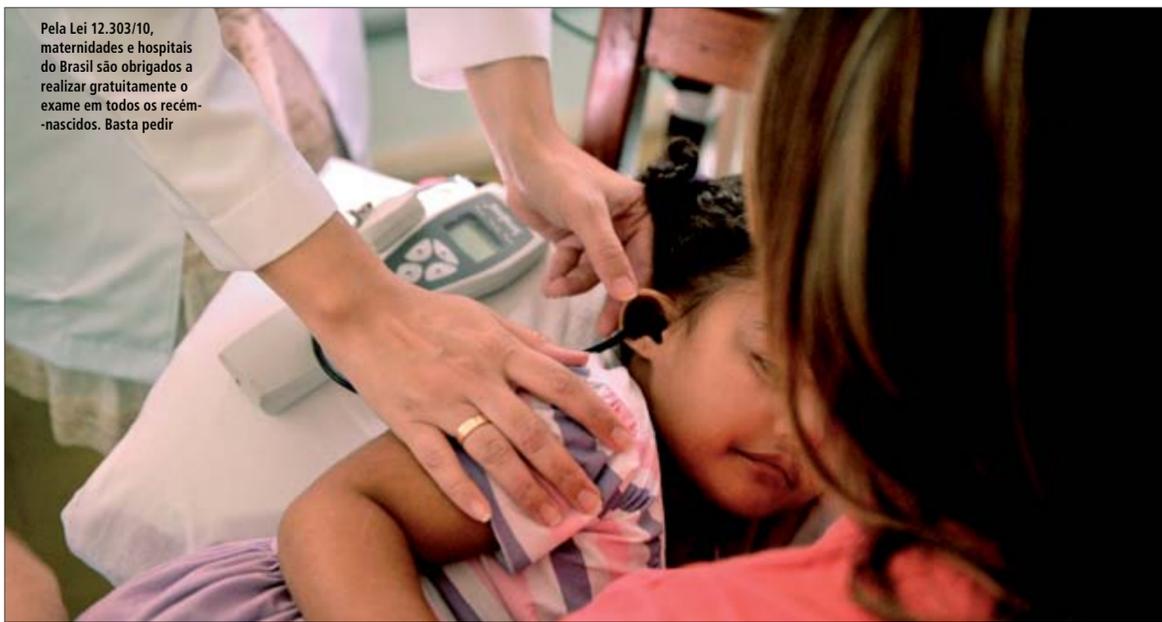
Deficiente auditivo que tem o problema diagnosticado precocemente e começa o tratamento, por exemplo, com uso do aparelho de amplificação sonora individual, até os seis meses de idade, pode aprender a falar de maneira próxima à de uma criança ouvinte

Juliana Steck

UM BEBÊ QUE recebe o diagnóstico de deficiência auditiva e começa o tratamento adequado até os seis meses de idade pode desenvolver linguagem muito próxima à de uma criança ouvinte. Por isso é importante a realização do chamado teste da orelhinha (triagem auditiva neonatal), um programa de avaliação da audição em recém-nascidos, indicado por instituições do mundo todo para diagnóstico precoce de perda auditiva.

De uma a três em cada mil crianças são surdas ou têm dificuldades com a audição desde o nascimento. Uma perda na capacidade auditiva, mesmo que pequena, impede a criança de receber adequadamente as informações sonoras necessárias para a aquisição da linguagem. Ou seja, a pessoa com dificuldade para ouvir, se não tratada, deixará de receber estímulos importantes para aprender a falar.

O grande problema é que a maioria dos diagnósticos de perda auditiva em crianças só acontece quando elas já têm três ou quatro anos, e o seu desenvolvimento emocional, cognitivo, social e de linguagem já está comprometido.



Pela Lei 12.303/10, maternidades e hospitais do Brasil são obrigados a realizar gratuitamente o exame em todos os recém-nascidos. Basta pedir

Atenção à evolução da linguagem

O resultado normal do teste da orelhinha não é segurança de que a audição da criança será normal para sempre. Outros problemas com o passar do tempo podem levar à perda auditiva. A família deve sempre verificar a reação da criança a estímulos e comunicar ao pediatra qualquer problema.

Do nascimento até os três meses, é normal que o bebê se assuste com sons altos (como batidas

de palma fortes); entre três e seis meses, que ele já vire os olhos ou a cabeça em direção ao som e acalme-se com a voz da mãe; e entre seis meses e um ano, é esperado que reaja quando chamado pelo próprio nome e que ao menos balbucie alguns sons como “da da” ou “mã mã”. A criança que não reage a sons e não tenta emitir-los pode apresentar algum problema da audição.

Campanha do Senado divulga o direito

Em outubro do ano passado, o Senado lançou a campanha “Teste da Orelhinha: rápido, não dói e gratuito”. A iniciativa foi de Inácio Arruda (PCdoB-CE) ao constatar que, na época, segundo dados do Conselho Federal de Fonoaudiologia, apenas 10% dos hospitais do país realizavam esse exame, apesar de ele ser obrigatório desde agosto de 2010.

Inácio Arruda é autor do projeto

que deu origem à lei que prevê a obrigatoriedade e a gratuidade do exame. O objetivo da campanha é divulgar a Lei 12.303/10 e ampliar o conhecimento da população sobre os benefícios da realização do exame. Para o senador, “se estados, municípios e profissionais se envolverem na divulgação da lei, com certeza as crianças com necessidades auditivas especiais poderão ter melhor qualidade de vida”.

Teste deve ser realizado ainda na maternidade

Pela Lei 12.303/10, hospitais e maternidades são obrigados a realizar gratuitamente o teste da orelhinha em todos os recém-nascidos. Basta pedir. O ideal é que ele seja feito antes da alta hospitalar. Se a maternidade ou hospital não tiver realizado o teste, avise o pediatra ou profissional de saúde logo na primeira consulta. Ele deverá encaminhar o bebê para os locais competentes. Os hospitais conveniados ao SUS podem realizar os exames também nos bebês que nasceram em estabelecimentos particulares.

Caso o teste constate algum problema, é recomendável verificar se não se trata de “falso positivo”, que pode ocorrer, por exemplo, quando há algum líquido na orelha média ou mesmo cerúmen (“cera de ouvido”) no conduto auditivo.

Se novos exames confirmarem a perda auditiva, o bebê deverá ser acompanhado por otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos que vão iniciar o processo de reabilitação auditiva. Para problemas alérgicos ou metabólicos, há tratamento medicamentoso. Se a causa da perda auditiva for um tumor, o tratamento é cirúrgico.

Nos casos em que não há cura, um aparelho auditivo (chamado prótese auditiva acústica ou de amplificação sonora individual) pode ser usado em bebês de poucos meses de idade e restaurar a audição. Outra possibilidade é o implante coclear (ou “ouvido biônico”), que contém pequenos eletrodos a serem colocados cirurgicamente em uma parte do ouvido interno. É preciso avaliação para saber se há indicação para o caso.

Exame é rápido, indolor e não causa desconforto

O teste da orelhinha é obrigatório e gratuito no Brasil inteiro desde 2 de agosto de 2010. São Paulo foi pioneira, ao instituir o exame pela Lei Municipal 3.028, de 2000. O exame é indolor, não machuca e não tem contra-indicações.

A técnica utilizada é a de emissões otoacústicas evocadas. Um fone acoplado a um computador é colocado na orelha do bebê, emite sons de fraca intensidade e recolhe as respostas. Com duração de 3 a 10 minutos, pode ser realizado com o bebê dormindo naturalmente.

Se houver suspeita de deficiência, a criança será encaminhada para avaliações otológica e audiológica

completas.

Há os chamados bebês de risco: os com histórico de surdez na família; os prematuros; os que passaram por intervenção em UTI por mais de 48 horas; os que têm infecção congênita (rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus ou herpes) ou anomalias craniofaciais (má formação da orelha, fissura lábio palatina); e os que fizeram uso de antibióticos ototóxicos e diuréticos no berçário. Mesmo a avaliação auditiva neonatal, obrigatória para os bebês de risco, é capaz de identificar apenas metade dos casos de perda auditiva. Por isso, a importância do teste da orelhinha, voltado a todos os bebês.

Saiba mais

Campanha “Teste da Orelhinha: rápido, não dói e gratuito”
www.senado.gov.br/testedaoarelhinha

Conselho Federal de Fonoaudiologia
http://www.fonoaudiologia.org.br/publicacoes/folder_orelhinha_grafica.pdf

Ministério da Saúde
www.saude.gov.br

Faculdade de Medicina da USP
otorrinopediatria.org.br
surdez.org.br
implantecoclear.org.br

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Outros testes identificam ou previnem doenças em recém-nascidos



Teste do pezinho

É obrigatório para todos os bebês desde 1992 em todo o Brasil, mas somente em junho de 2001 o Sistema Único de Saúde (SUS) instituiu o Programa Nacional de Triagem Neonatal, que cobre a identificação de até quatro doenças (fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, anemia falciforme e fibrose cística). Nas secretarias municipais de Saúde pode-se obter o endereço das unidades de coleta. Os laboratórios privados realizam testes também para outras doenças, cabendo ao pediatra selecionar as que são de interesse. O teste pode avaliar se o bebê tem doenças metabólicas, genéticas e infecciosas, que poderão causar alterações no seu desenvolvimento neuropsicomotor. O exame é laboratorial, chamado também de triagem neonatal. A coleta do sangue é feita a partir de um furo no calcanhar do bebê. Deve ser realizado na maternidade ou em laboratórios, depois de 48 horas que o bebê tiver começado a ingerir leite. Antes disso, o teste pode sofrer influência do metabolismo da mãe. O ideal é que o exame seja feito no máximo até o sétimo dia de vida.

Teste do pezinho ampliado

Há três versões ampliadas do teste do pezinho: a super, a ultra e a hiper, que permite identificar mais de 40 doenças antes que seus sintomas se manifestem. Não estão ainda disponíveis na rede pública de saúde, e são oferecidas, em geral com custo, por laboratórios e instituições como as associações dos pais e amigos dos excepcionais (Apaes). Projeto do então senador Eduardo Azeredo (PLS 312/05) visa tornar obrigatória a realização do teste do pezinho expandido pelo SUS. A proposta foi aprovada em fevereiro de 2011 pelo Senado, encontra-se atualmente na Comissão de Seguridade Social da Câmara e tem parecer favorável da relatora, deputada Teresa Surita (PMDB-RR).



Teste do olhinho

Também chamado de teste do reflexo vermelho, pode detectar e prevenir diversas patologias oculares como: retinopatia da prematuridade, catarata congênita, glaucoma, retinoblastoma, infecções e cegueira infantil. Se detectados precocemente, antes de se agravarem, de 60% a 80% dos problemas que levariam à cegueira ou a uma grave seqüela visual podem ser prevenidos ou tratados. O exame deve ser realizado na primeira semana de vida, preferencialmente antes da alta da maternidade. É realizado pela emissão de uma fonte de luz e a observação do reflexo que vem das pupilas. Quando a retina é atingida por essa luz, os olhos saudáveis refletem tons de vermelho, laranja ou amarelo. Quando há alguma alteração, o reflexo ou é esbranquiçado ou não pode ser percebido. No Brasil, o teste é obrigatório para bebês prematuros, porque 30% dos bebês que nascem com menos de 40 semanas ainda não têm os vasos sanguíneos da retina formados e a retinopatia da prematuridade pode ser curada se detectada a tempo. Em estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, no Distrito Federal e em cidades como Porto Alegre, o exame já foi instituído por lei para todos os bebês. Em vários outros estados e municípios tramitam projetos para torná-lo obrigatório e, no Congresso, o então senador Edison Lobão apresentou o PLS 510/07, que visa incluir a obrigatoriedade no Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposta aguarda designação de relator na CCI. Desde junho de 2010, a cobertura do teste do olhinho por todos os planos de saúde é obrigatória por decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O exame de fundo de olho, que também serve para detectar a catarata congênita, não é obrigatório, mas se os pais o pedirem logo depois do nascimento, pode ser feito pelo SUS.



Teste do coraçãozinho

Geralmente, um a cada 130 bebês pode apresentar alterações cardíacas congênitas, como buracos entre as câmaras do coração e defeitos na válvula cardíaca. O teste do coraçãozinho ou oximetria de pulso pode evitar complicações e até salvar a vida de bebês que nascem com defeitos cardíacos. Mede-se, pelo pulso direito e por um dos pés, a concentração de oxigênio no sangue. O exame é indolor, dura menos de 5 minutos e detecta problemas no coração antes mesmo de aparecerem sintomas. Ainda não é previsto em lei, mas já há projetos de lei em municípios, como São Paulo, e em estados, como Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Paraná, para torná-lo obrigatório. Algumas doenças cardíacas não são apontadas para o teste e os hospitais particulares que o oferecem podem incluir outros exames cardíacos para o recém-nascido.



Teste do quadril

Pode detectar doenças como a displasia do desenvolvimento do quadril, que provoca dor decorrente do encurtamento do membro e da osteoartrose precoce (destruição da cartilagem que reveste o osso). A estimativa é que um em cada mil bebês nasça com o quadril luxado (deslocamento de osso dentro da articulação) e cerca de dez em mil com o quadril subluxado (instável). É um exame clínico que se realiza flexionando as pernas do bebê. Ainda não é previsto em lei.

Mozarildo pede fiscalização de verba do SUS

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou a situação do setor de saúde no Brasil:

— De norte a sul e de leste a oeste, a situação da saúde é a mesma: filas nos postos, nos centros de saúde e nos hospitais, pacientes internados nos corredores e pessoas sendo obrigadas a comprar medicamentos e material para uso em cirurgia.

Mozarildo assinalou que, mesmo para aqueles que pagam plano de saúde, a situação não é muito diferente.

Ele lembrou que há casos de pessoas que pagam plano de saúde e são mal atendidas, submetem-se a situações precárias e muitas vezes morrem porque falta equipamento ou material.

Para o senador, é preciso que o Ministério Público “entre com força nessa questão” e que os tribunais de contas dos estados e da União, a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério da Saúde façam uma “fiscalização severa” dos recursos da saúde.

— É a mesma coisa que querer fazer uma transfusão de sangue e não estancar primeiro a hemorragia. Não adianta nada botar sangue, se está saindo sangue pelo outro lado. Então, na saúde, de fato, pode faltar dinheiro. Mas na saúde se rouba muito, o que é um crime hediondo — afirmou.

Neste ano, disse Mozarildo Cavalcanti, é importante

que o eleitor procure antes saber o que os candidatos à reeleição a prefeito fizeram no setor de saúde de seus municípios. Para ele, não basta o candidato apresentar um bonito esquema de propaganda, com efeitos visuais na TV ou bonitas falas no rádio ou palanques, “prometendo o céu, se depois vamos viver alguma coisa próxima do inferno ou purgatório”.

— Se o fulano nunca foi prefeito, vamos ver se ele tem capacidade de fato de encontrar mecanismos e de ter disposição. E não usar o dinheiro que foi destinado constitucionalmente para a

saúde, por exemplo, para asfaltar uma rua na frente do hospital ou uma estrada que dá acesso ao hospital.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que é “incompreensível” o descaso do governo federal com a saúde pública.



Mozarildo: eleitor não deve votar em prefeito que ignore saúde

Senador vai propor uma política nacional de faixas de fronteiras

Um projeto que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira foi anunciado por Mozarildo Cavalcanti. Para o senador, o Plano Estratégico de Fronteiras do atual governo deve ser ampliado e transformado numa lei que institua uma política nacional permanente.

O objetivo é que as faixas de fronteiras terrestres sejam consideradas fundamentais para a defesa do território nacional.

— Esse projeto que está bastante bem elaborado traz os fundamentos, as diretrizes, os objetivos e os instrumentos para

que, de fato, possamos ter não um plano ou uma política de um governo, mas sim, uma política do Estado brasileiro para esta imensa faixa que vai da linha de divisa até 150 quilômetros para dentro do território nacional. A área corresponde a praticamente 70% do território brasileiro — destacou.

Segundo Mozarildo, “é nessa área que existem os maiores problemas, seja de desenvolvimento, seja de diferenças sociais e questões agrárias, seja de ilícitos transnacionais, como entrada de drogas, contrabando de armas, e descaminho de riquezas minerais e da natureza”.

Agropecuária precisa de mais competitividade, diz Ana Amélia



Pelo Senado

“O governo adota medidas para o setor automotivo, mas se esquece do setor rural, responsável por mais de 30 milhões de empregos”, disse Ana Amélia (PP-RS), pedindo a adoção de providências para garantir a competitividade dos produtores rurais brasileiros.

A senadora afirmou que os produtores de suínos, especialmente no Sul do país, em menos de dois meses podem ter várias propriedades fechadas. A queda nas exportações, principalmente para a Rússia e a Argentina, é apontada como causa da crise no setor. Ela disse ter recebido relatos de empresários do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde produtores independentes estão prontos para decretar falência em razão dos graves problemas financeiros.

— A situação da suinocultura brasileira precisa servir de alerta para que o governo abra canais de diálogo e encontre soluções duradouras para o custo Brasil. Só medidas pontuais como redução de impostos não vão resolver os problemas de competitividade — alertou.

Rumos da economia têm de ser mudados, afirma Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a gestão da economia no governo da presidente Dilma Rousseff. O parlamentar disse que o “péssimo resultado” do produto interno bruto (PIB) no primeiro trimestre mostra que o caminho perseguido pelo governo até agora não está produzindo resultados positivos e precisa ser mudado.

Alvaro afirmou que a alternativa de levantar o PIB por meio da expansão do consumo não funciona e criticou a falta de investimentos públicos e privados.

— Em infraestrutura, investe-se hoje menos do que na década de 1980, aquela que era chamada de perdida até pouco tempo atrás. Estímulos ao investimento privado jamais foram adotados. As parcerias público-privadas continuam engavetadas.

O senador lembrou que a oposição vem alertando o governo há anos para a necessidade de reformas de profundidade, como a tributária, mas observou que, “quando a Presidência da República não tem interesse, as reformas não ocorrem”.



Pelo Senado

Janary Gentil Nunes governou o então território federal entre 1944 e 1956. José Sarney ressaltou a importância do ex-governador ao desenvolvimento do Amapá

Primeiro governador do Amapá é lembrado

PRIMEIRO GOVERNADOR DO Amapá, quando o estado ainda era um território federal, Janary Gentil Nunes foi homenageado ontem no Congresso Nacional, numa sessão solene.

Janary morreu em 1982 e completaria 100 anos neste mês. Ele governou o Amapá durante 12 anos, entre 1944 e 1956.

— É impossível fazer justiça à história do desenvolvimento do Amapá sem trazer à lembrança sua figura — afirmou o presidente do Senado, José Sarney, lembrando que Janary teve carreira militar, foi presidente da Petrobras e ocupou o posto de embaixador do Brasil na Turquia.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que solicitou a homenagem juntamente com o deputado federal Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), afirmou que “a história do Amapá não começa com Janary, mas não tem como ser contada sem se falar dele”.

Randolfe disse que a região estava “esquecida e abandonada” pelo governo brasileiro até 1943, quando foi criado o



O filho Janary Nunes; a viúva, Alice Nunes; a vice-governadora Doralice Nascimento; os senadores Sarney e Randolfe; e o deputado Sebastião Bala Rocha

território do Amapá:

— Janary foi designado para lá e tomou as medidas para instaurar a estrutura do atual estado. Ele transferiu a capital de Montenegro para Macapá, que então era um descampado.

O senador afirmou que, até a chegada de Janary, Macapá não tinha escolas nem hospi-

tais. Segundo ele, o governador foi responsável pela construção de 20 escolas e “o mais avançado centro hospitalar da Amazônia naquela época”. Randolfe disse que Janary Nunes também abriu grandes avenidas em Macapá, “resgatando a ideia de planejamento da cidade”.

O senador destacou ainda

que, antes do governo de Janary, Macapá tinha 2 mil habitantes e que, após sua gestão, o número havia aumentado para 20 mil.

Ao enumerar as realizações do primeiro governador do Amapá, o deputado Sebastião Bala Rocha disse que o homenageado iniciou os preparativos para a construção

da Hidrelétrica do Paredão e também o planejamento da construção da BR-156.

Participaram da sessão solene a vice-governadora do Amapá, Doralice Nascimento de Souza, o deputado federal Luiz Carlos (PSDB-AP) e familiares do homenageado — entre eles, sua viúva, Alice Déa Nunes, e seus filhos.

Em maio, comissões do Senado aprovaram 172 projetos

As comissões permanentes do Senado aprovaram no mês de maio 172 projetos, dos quais 68 foram em decisão terminativa (em votação final, sem necessidade de passar pelo Plenário).

Os números foram divulgados ontem pela Secretaria-Geral da Mesa.

Entre os temas aprovados pelas comissões no mês passado, destaca-se a proposta de emenda à Constituição que exige ficha limpa para os nomeados para cargos comissionados no serviço público (PEC 6/12).

Assim, pessoas condenadas em segunda instância por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público, por exemplo,

não poderão ser nomeadas. A PEC, de Pedro Taques (PDT-MT), agora aguarda inclusão na pauta do Plenário.

Foi aprovado em decisão terminativa o projeto de lei que proíbe concursos públicos exclusivamente para formação de cadastro de reserva (PLS 369/08). Do então senador Expedito Junior, a proposta foi para a Câmara dos Deputados.

O texto que permite o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo (PLS 612/11) passou pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e foi para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

De Marta Suplicy (PT-SP), o projeto prevê que a união

estável poderá ser converter em casamento mediante requerimento formulado pelos companheiros.

Audiências

Em maio, as comissões do Senado realizaram 47 audiências públicas.

Entre elas, destacaram-se as discussões em torno da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a ser realizada neste mês, no Rio de Janeiro.

Também foram realizadas audiências públicas sobre o projeto de lei que trata da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, que serão realizadas no Brasil; sobre as dificuldades que o país enfrenta para

cumprir as metas de educação; sobre as novas regras da caderneta de poupança; e sobre o elevado número de acidentes envolvendo motociclistas no Brasil.

No setor agrícola, foram discutidos o mercado de agrotóxicos e a regulação sanitária; a renegociação da dívida dos agricultores rurais afetados por secas e enchentes; e a liberação de créditos emergenciais para eles.

Entre os projetos aprovados pelas comissões em maio, vários já passaram pelo Plenário, tais como o que tipifica como crime a recusa de atendimento médico-hospitalar de emergência, condicionando-o à entrega de um cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como

o preenchimento prévio de formulários administrativos (PLC 34/12).

A Lei Geral da Copa também já foi aprovada pelo Plenário, assim como o projeto (PLS 259/08) que obriga a impressão do número do lote, da data de fabricação e da validade de forma legível em medicamentos.

Cade

A isenção da taxa de vestibular para alunos carentes (PLC 62/11) também foi aprovada em Plenário.

Além disso, as comissões do Senado aprovaram seis indicados para exercer cargos de embaixadores do Brasil e autoridades para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão de deputados e senadores encarregada de avaliar a MP será instalada hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente, quando vários eventos no Senado lembram a data

CMA lança às 17h30 revista *Em discussão!* sobre Rio+20

A 11ª edição da revista *Em discussão!*, com 64 páginas, será lançada hoje, às 17h30, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O tema do novo número é a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, que acontece entre 13 e 22 de junho na capital fluminense. Mais de 130 chefes de Estado confirmaram presença ao evento, que deverá centrar suas discussões em dois temas: economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza; e a governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

Produzida pela Secretaria de Comunicação Social e editada pela equipe do **Jornal do Senado**, a revista *Em discussão!* analisa o que se pode esperar da Rio+20 a partir de seus antecedentes históricos e das contribuições colhidas durante mais de uma dezena de audiências públicas promovidas pela CMA e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Com base nessas participações de especialistas de áreas como energia, agricultura, água, desigualdade e

soluções urbanas, o Senado apresentou ao governo federal um elenco de sugestões para subsidiar as posições brasileiras na Rio+20.

O Senado foi além dos debates promovidos nas duas subcomissões — ambas presididas pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) — especialmente criadas para este fim na CMA e na CRE. Participou e contribuiu na organização da conferência, por meio dos senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Fernando Collor (PTB-AL), e estará presente às discussões da Rio+20 com uma comissão especial, formada por 24 senadores.

Na apresentação da revista ao leitor, o presidente do Senado, José Sarney, destacou que “a sustentabilidade não é uma palavra a mais, mas a chave de nosso futuro”.

— O desafio da Rio+20 é encontrar o difícil consenso universal. Temos que ter a consciência de que é inviável um padrão de consumo que gasta acima da capacidade de renovação da Terra. Temos que acabar com a divisão entre os que têm em excesso e os que não têm nada. Temos que marchar para um modelo sustentável — advertiu Sarney.

Ciro diz que é dever contribuir para uma economia sustentável

Ciro Nogueira (PP-PI) destacou a comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrada hoje, ressaltando que os parlamentares têm a oportunidade e o dever de contribuir para a consolidação de uma economia sustentável. O parlamentar também convidou a sociedade a refletir sobre o tema e agir em favor das questões relacionadas ao meio ambiente.

— É espantoso que essa consciência que temos, atualmente, sobre o meio ambiente seja relativamente recente. Afinal, de todas as questões

que afetam a Humanidade, a do meio ambiente talvez seja a mais crucial, na medida em que tem caráter global. Os problemas ambientais não respeitam fronteiras — disse.

Ciro lembrou projetos que passaram pelo Congresso Nacional e que contribuíram para o desenvolvimento sustentável, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que segundo ele está erradicando os lixões e estimulando a reciclagem.

O senador também citou exemplos de iniciativas de sua autoria que têm o objetivo de solucionar problemas ambientais, como a proposta de emenda à Constituição (PEC 51/11) que institui o Fundo para a Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba.

A proposta prevê a criação de um fundo provisório, com duração de 20 anos, para recuperar o rio Parnaíba, que enfrenta o desmatamento, a poluição e outros problemas decorrentes da construção da Usina de Boa Esperança.



Ciro Nogueira é autor da PEC que cria fundo para bacia do rio Parnaíba

MP da lei florestal recebe mais de 620 emendas

PASSOU DE 620 o número de emendas apresentadas por deputados e senadores à Medida Provisória 571/12, que altera o novo Código Florestal, sancionado com vetos pela presidente Dilma Rousseff no último dia 25. O prazo para que parlamentares fizessem suas sugestões de mudanças terminou às 20h30 de ontem.

A MP introduz mais de 30 alterações no novo Código Florestal (Lei 12.651/12), como o escalonamento da recomposição obrigatória de faixas de matas ao longo de rios, de acordo com o tamanho das propriedades; o restabelecimento dos princípios da lei florestal; e a regulamentação do uso de áreas costeiras para produção de camarão e de sal.

As emendas serão analisadas pela comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a MP 571/12. O colegiado, composto por deputados e senadores, será instalado às 14h de hoje. A presidência deve ficar com o deputado Bohn Gass (PT-RS) e a relatoria, com o senador Luiz Henrique (PMDB-SC). Da comissão, o texto segue para votação na Câmara e, depois, no Senado.

Também hoje, quando é celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente, a ministra Izabella Teixeira deve participar de audiência pública das comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre os desafios do

desenvolvimento sustentável, com foco na Rio+20.

Marcado para as 17h30, o debate contará com o subsecretário-geral da ONU e diretor-executivo do Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner. Antes da reunião, será lançada a revista *Em discussão!* sobre a Rio+20, editada pelo **Jornal do Senado** (leia matéria ao lado).

Ainda como parte das homenagens à data, serão abertas às 17h, no Espaço Senado Galeria, as exposições *Rios Voadores e Azul do Verde-Amarelo*.

Já a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) promove, às 15h, debate sobre ações de adaptação no semiárido nordestino.



Para Rollemberg (C), mundo falhou na implementação da Eco-92, realizada quando Collor (2º à dir.) presidia o país

Sessão sobre meio ambiente aponta para novo consumo

A reinvenção dos padrões de produção e consumo globais foi defendida ontem pelos participantes da sessão do Congresso em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado hoje. O evento debateu as perspectivas da Rio+20, conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, marcada para este mês, no Rio de Janeiro.

— É preciso ter coragem de inovar encontrando novas formas de produção e consumo, com a convicção de que há limites para a utilização desordenada dos recursos naturais — alertou Fernando Collor (PTB-AL).

O senador resgatou a memória da Rio-92, conferência da ONU realizada na capital fluminense, em 1992, que inseriu o viés ambiental na discussão sobre o desenvolvimento socioeconômico global. Collor presidia o Brasil à época.

Para o presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), “a Rio+20 deve ter a capacidade de reconhecer que falhamos no processo de implementação da Rio-92”. Ele aposta na economia verde, modelo produtivo menos danoso ao meio ambiente, inclusive como instrumento para erradicação da pobreza.

O deputado Mendes Thame (PSDB-SP) considerou que a Rio+20 será o fórum ideal para exigir que os bens produzidos sem degradar o meio ambiente fiquem isentos de tributação no comércio internacional.

Thame e a senadora Ana Amélia (PP-RS) defenderam mudança no modelo de locomoção urbana dominante no Brasil, focado no transporte rodoviário.

Também participaram da sessão o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, o deputado Luiz Couto (PT-PB) e a representante do Ministério da Cultura, Márcia Rollemberg.

Rádio e TV podem ter de alertar risco de catástrofe

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) analisa amanhã o projeto de lei do Senado que obriga as concessionárias de TV, rádio e telefonia celular a divulgar alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres climáticos.

O projeto (PLS 490/09) estabelece que o órgão público federal competente promova a unificação do número gratuito para emergências em todo o

território nacional. A proposta original, do então senador Raimundo Colombo, recebeu substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

A proposta será votada em decisão terminativa pela CCT, e por isso passará por votação em turno suplementar antes de seguir para a Câmara.

O texto prevê que as concessionárias de rádio e TV, inclusive comunitárias, bem

como de telefonia celular, ficarão obrigadas a divulgar alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres como furacões, tempestades, inundações e incêndios florestais, entre outros.

Para o relator, a ajuda dos meios de comunicação, inclusive do telefone celular, “é um importante instrumento que, sem sombra de dúvida, ajudará a salvar vidas”.

“Sustentabilidade depende da sociedade civil”

Fernando Collor (PTB-AL) presidiu a Conferência Rio-92 e foi autor do requerimento para o Brasil sediar a Rio+20, que acontece entre 13 e 22 deste mês no Rio de Janeiro. Nesta entrevista, o senador defende um novo modelo para o mundo e afirma que a mudança necessária ao planeta depende mais de indivíduos que de governos

Waldemir Barreto/Agência Senado



Na Rio+20, o Brasil vai novamente se apresentar como a vanguarda na luta pela preservação do planeta, diz o senador

A Rio+20 pode ser bom negócio, possibilitando financiamentos para desenvolvimento sustentável?

Chegamos à situação em que estamos, com o planeta à beira do abismo, graças a modelos que vão do socialismo de Estado mais radical ao capitalismo mais selvagem. Todos se mostraram ineficientes e insustentáveis, não se coadunam com as necessidades da sobrevivência da vida em nosso planeta. Precisamos mudar esses modelos econômicos, os termos de produção, desenvolvimento, consumo. Estima-se que em 2050 o mundo terá mais de 9 bilhões de habitantes e que o planeta não terá condições de suportar isso. E há a perspectiva de que multidões ascenderão a uma classe social que vai fazê-las consumidoras. Como aqui no Brasil, onde 30 milhões de pessoas saíram da linha de pobreza. Então teremos, antes de 2050, mais 3 bilhões de consumidores.

Como convencer um indiano, ou um chinês, de que ele não vai ter o padrão de consumo consagrado no modelo capitalista?

Aí a questão vem da consciência planetária. O sucesso da Rio+20 não vai depender somente dos chefes de Estado ou de convenções, entendimentos, acordos e tratados. Vai depender muito mais da sociedade civil. Um novo modelo de desenvolvimento começa a partir de cada um de nós. Se posso ir de bicicleta, por que vou de carro? Se tenho transporte público de boa qualidade, por que não vou utilizá-lo? Essa transição tem um custo. Quem vai pagar este custo, o governo ou o setor privado? A reciclagem, no Brasil, não precisa governo se meter; a própria iniciativa privada ocupa este espaço quando vê possibilidade de lucro. Mas forçar a indústria a produzir produtos mais sustentáveis em escala tem um custo maior. A sustentabilidade passa pela ciência, pela tecnologia, pela inovação. O Programa Ciência sem Fronteiras, com 150 mil bolsas de estudos no exterior, ajuda. Mas temos de procurar tirar, o mais que pudermos, os governos disto.

Qual o papel das mídias sociais neste maior engajamento da sociedade civil?

Têm uma força catalisadora enorme. Rapidamente podem dar resultados, com a troca de informações entre as pessoas até de diferentes países.

China e Estados Unidos não pretendem aderir a propostas de desenvolvimento sustentáveis mais ousadas. Como a mudança pode vir apenas pela sociedade civil?

Não vamos generalizar em relação a esses países. A China, há 20 anos, tinha 80% de sua matriz energética baseada na queima de carvão. Hoje tem apenas 20%, pois construíram uma gigantesca usina hidrelétrica e implantaram 600 mil torres de captação de energia eólica. No Brasil, estamos há dez anos discutindo trem-bala. Na China, em três anos construíram 3 mil quilômetros de trens de alta velocidade ligando os principais pontos do país.

É possível incluir China e Estados Unidos na assinatura de um acordo global?

Em 1992 eles assinaram. Hoje teríamos um pouco mais de dificuldade. Daí o governo brasileiro ter colocado, acho que de forma muito apropriada, que a Rio+20 não venha a ser uma conferência em que os países fiquem acusando uns aos outros de não terem cumprido seus deveres de casa. Estamos todos na mesma casca de ovo. Barack Obama se elegeu presidente dos Estados Unidos com muitas doações de jovens idealistas, sonhadores. Então acho muito difícil ele ter uma resposta, caso não atenda um convite para vir à Rio+20, se, durante a conferência, ele estiver em um comício em, por exemplo, Kansas City, e alguém diga: “Presidente, o que o senhor está fazendo aqui? O senhor não deveria estar no Rio, onde está sendo discutido o futuro do nosso país, do nosso planeta?” Exatamente por ser um período eleitoral, acho que a pressão dessa juventude que está nas redes 24 horas por dia vai fazer com que Obama venha. E seria muito bom que ele estivesse com o presidente da China. Mas acho a agenda da Rio+20 muito estreita: economia

verde, governança global, inclusão social e erradicação da pobreza. Por isso estou numa linha mais de alternativa de discussão.

Qual a herança da Rio-92?

Marca um divisor de águas no planeta, antes e depois da conferência. Assinamos o Tratado da Biodiversidade, a Convenção do Clima, a Agenda 21 e vários outros documentos que ficaram como um marco regulatório, ou de referência, para que todos os países pudessem fazer seu dever de casa. Ou seja, todo o mundo saiu do Rio, em 1992, tomando conhecimento dos problemas que o planeta vivenciava, e com uma agenda do que fazer para tentarmos salvar a Terra. Mas não com a urgência em que hoje nos encontramos. As circunstâncias eram completamente diferentes. Em 2007 apresentei o requerimento aprovado no Senado para que Brasil sediasse uma nova conferência em 2012. Em 2009, o oferecimento foi aprovado na ONU. O que inspirou o oferecimento para sediar a conferência foi o fim da vigência do Tratado de Kyoto. No último encontro da ONU em Durban [África do Sul], conseguimos evitar que já ali o Tratado de Kyoto fosse sepultado.

Caducaram os princípios e as metas assinados em 1992?

A Agenda 21 tinha uma série de recomendações para mitigarmos os efeitos já sentidos à época, como, por exemplo,

o uso dos clorofluorcarbonos (CFC), que causavam o chamado buraco da camada de ozônio. Houve, realmente, uma redução muito grande no uso dos CFCs, mas, ao mesmo tempo, o produto que substituiu a família dos CFCs acabava poluindo de uma outra maneira. Também teve a questão das emanações de monóxido na atmosfera, a complexidade no planejamento das cidades, de se evitar que o transporte individual fosse muito utilizado, melhorando o transporte urbano, a qualidade dos serviços públicos. Conter o desmatamento. Alguns países levaram a sério a Agenda 21, outros nem tanto. O Brasil vai se apresentar novamente na Rio+20 como um país que está na vanguarda na luta pela preservação do planeta, pela combinação dos pilares econômico, social e ambiental, que resulta no desenvolvimento sustentável.

Qual papel o Congresso vai ter na adequação à legislação das resoluções aprovadas?

Sou integrante do Poder Legislativo brasileiro com muito orgulho, mas acho que a Cúpula dos Legisladores — e quero estar enganado — vai produzir pouco. O Partido Verde vem perdendo substância na Alemanha, na Escandinávia, no Reino Unido, exemplos muito mais vivos de câmaras de legisladores extremamente

engajados neste problema. Eles perderam um pouco daquele ímpeto criativo.

Qual foi o momento mais difícil na Rio-92?

O mais difícil foi trazer o presidente americano, e a presença dele foi indispensável. A conferência já tinha se iniciado e ele não havia ainda confirmado presença. Conversando com o comandante Jacques-Yves Cousteau [1910–1997], uma grande referência a todos aqueles que vivem neste planeta, ele disse: “Fernando, se o Bush não vier, isso aqui vai ser um desastre. Vamos a Washington?” Eu perguntei: “Como? Quem?” Ele disse: “Você e eu”. Aí, já gostei da ideia e disse: “Perfeitamente. Vamos hoje à noite”. Chamei os diplomatas, os organizadores, o chanceler, e disse: “Cousteau e eu vamos a Washington hoje à noite, a Casa Militar prepara o avião e vamos a Washington trazer o presidente Bush. Ou, se nós não conseguirmos trazer, ficamos lá, na porta da Casa Branca”. Nós iríamos fazer exatamente isto: descer em Washington, pegar um carro rumo à Casa Branca. “Ah, o senhor não está sendo esperado.” “Ah, não? Então está bem: nós vamos saltar do carro e ficar aqui em pé, aguardando que o presidente nos receba” [risos]. Mas aí veio uma voz com mais lucidez, do então ministro Celso Lafer, que disse: “Presidente, o senhor poderia nos dar 24 horas?”

Olhei pra o comandante Cousteau, ele meio assim... E falei: “Está bom, 24 horas, ministro”. No dia seguinte, logo depois do meio-dia, o presidente Bush confirmou a vinda dele [risos].

E o mais marcante?

Foi a assinatura do Tratado da Biodiversidade. Porque era um tratado de uma importância que ultrapassa o século. E, para esse tratado, nós — nós, que eu digo, milhares de pessoas que pressionam seus governos, funcionários, membros de diversos países, trabalhando — conseguimos a convergência. E o encerramento da conferência, que nos trouxe muito, a todos nós, a sensação de que o dever havia sido cumprido. Que nós havíamos chegado lá.

“Um novo modelo depende de cada um de nós. Se posso ir de bicicleta, por que vou de carro?”

“Quero estar enganado, mas acho que a Cúpula dos Legisladores vai produzir pouco na Rio+20”